

OS ESPAÇOS VERDES E OS EQUIPAMENTOS DE LAZER: UM PANORAMA DE BELÉM

Recebido em: 17/05/2008

Aceito em: 15/07/2008

*Mirleide Chaar Bahia*¹
UFPA – Belém – PA – Brasil

*Silvio Lima Figueiredo*²
UFPA – Belém – PA - Brasil

RESUMO: A cidade representa formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de seus recursos e, por isso, *locus* de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto. As cidades na Amazônia, e Belém como um de seus expoentes, vêm passando por processos contínuos de transformação onde há escassez de parques e áreas de lazer; as unidades de conservação não oferecem segurança e têm infra-estrutura precária e o acesso às poucas áreas verdes é restrito. Sem políticas públicas voltadas à resolução desses problemas, Belém tende a se transformar em uma cidade com poucas áreas de lazer arborizadas. Também é necessário refletir até que ponto os espaços públicos adquirem “tons” de privados ou “turistificados”. Algumas ações vêm sendo implementadas, no que se refere às áreas de lazer e outras que fazem interface com o mesmo, mas há necessidade de aprofundar estudos na área. A pesquisa ora apresentada em resultados parciais tem como objetivo levantar a relação entre as áreas verdes e de lazer em Belém e a localização e utilização das mesmas, além dos discursos de suas implementações, percebendo como as áreas mais recentes foram criadas sob o discurso da implementação do turismo, mas com objetivos de atender as elites da cidade, deixando a periferia com poucas opções e qualidade menor.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer. Instalação. Políticas. Ecologia. Parque.

THE GREEN SPACES AND THE EQUIPMENTS OF LEISURE: A SCENE OF BELÉM

ABSTRACT: There are multiple ways of exercising power, occupation of space and appropriation of resources in a city, which is, therefore, a *locus* of tension, of

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA / Universidade Federal do Pará – UFPA; Mestre em Educação Física – Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Lazer – GPL / UNIMEP/CNPq e do Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Meio Ambiente – NAEA/UFPA/CNPq.

² Doutor em Comunicação. Professor/Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA. Coordenador do Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Meio Ambiente – NAEA/UFPA/CNPq.

competitiveness and of differentiation that affect social organization as a whole. Cities in the Amazon region, and Belém as one of its most important symbols, have been experiencing continuous processes of transformation in which lack of parks and leisure sites is a main issue; protected areas are not safe and show precarious infrastructure and access to the few green areas is restricted. Without public policies whose purpose is to solve these problems, Belém tends to become a city that offers few green leisure areas. It is also necessary to deeply think about public spaces and up to what extent they are considered private or “touristified”. Some actions are being carried out in terms of leisure areas and similar spaces, but further study in this area is needed. This research, which presents partial result, aims at verifying the relationship between green areas and leisure areas in Belém, their location and use, besides the discourses accounting for their implementation, noting how the creation of most recent areas were guided by tourism-oriented discourses, but actually aimed at providing services for the city’s elite, while low-income neighborhoods are left with less options and less quality.

KEYWORDS: Leisure. Facility. Policy. Ecology. Park.

1 – Introdução

Descrever uma cidade requer compreender a complexidade que se estabelece em suas tramas, os agentes transformadores destas. Nas cidades Amazônicas, o cenário se repete com nuances próprias. A cidade representa formas múltiplas de exercício de poder, de ocupação do espaço e de apropriação de seus recursos e, por isso, *locus* de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto. “A cidade na Amazônia tem sido a referência para incorporação de novas áreas ao mercado e também de desflorestamento, alteração na estrutura fundiária e no tipo de uso do solo” (CASTRO, 2006, p. 14.)

As cidades na Amazônia, e Belém como um de seus expoentes, vêm aos poucos passando por processos contínuos de transformação. Em Belém, além das modificações relacionadas com aspectos da cadeia produtiva, e importância de determinadas atividades econômicas, as configurações sociais apresentam mudanças, quer pelo ritmo acelerado da urbanização, quer pelos reordenamentos espaciais e sociais, representados por novos espaços de lazer para a população residente e para os visitantes.

O lazer em Belém ganha importância pela ausência de políticas públicas atuais para seu desenvolvimento e pelas discussões sobre os novos espaços de cultura, lazer e turismo, implantados a partir do ano de 2001, que modificaram a fisionomia da cidade. É nesse contexto que se analisa as relações entre as áreas verdes de Belém (ou a ausência de) e os novos equipamentos de lazer que surgiram, objetivando apresentar um panorama desses equipamentos, mostrando sua relação com as características pós-modernas da cidade, e de suas divisões espaciais e de classe. A pesquisa está em estado inicial, sua metodologia encontra-se na etapa de levantamento de informações e análises das configurações dos equipamentos de lazer em relação às configurações dos bairros da cidade, apresentadas no presente artigo.

2 – O contexto das cidades na Amazônia

Nos estudos e reflexões feitos por autores que se debruçam sobre os estudos sobre a Amazônia, é possível perceber uma série de particularidades e especificidades da realidade de cidades amazônicas, como Belém, as quais possuem uma relação muito intensa com as águas e as ilhas de seu entorno.

As cidades do estuário amazônico constituem pontos de um sistema de redes sociais, culturais e econômicas, fomentando trocas agrícolas, extrativistas, industriais e comerciais, parte dele existindo na informalidade. “Redes que expressam as diferenciações sociais inter e intra cidades, bem como as modalidades de participação dos atores sociais e econômicos. As formas de apropriação do território e de seus recursos são elementos distintivos dessas redes” (CASTRO, 2006, p. 14.).

A autora descreve Belém como uma cidade que possui um desenho urbano

delimitado pelos cursos de água sendo, portanto, uma cidade fluvial banhada na sua quase totalidade pelos rios do estuário amazônico. A cidade foi assentada em terras baixas e é atravessada por pequenos rios e igarapés, o que conforma ainda hoje as divisões internas de seus bairros de terra firme e baixadas.

Nesta descrição, é possível perceber alguns aspectos contraditórios que a cidade vive, inclusive aqueles relacionados com o crescimento da ocupação da orla da cidade e o título de cidade que está “de costas para o rio”, fato que demonstra a falta de acesso da população a estas áreas e ao rio.

Dezenas de pequenas e médias serrarias alinham-se lado a lado na *Estrada Nova*, misturando-se a fábricas de castanha, de palmito, de tecelagem e metalúrgicas que recebem matéria-prima trazida dessa região do estuário. A pesca industrial e artesanal é de larga tradição responsável pelo abastecimento urbano ou destinada à exportação. A maioria das empresas industriais de pesca localiza-se identicamente na orla, nas áreas centrais ou particularmente no Distrito Industrial de Icoaraci (CASTRO, 2006, p. 14 – 15.).

Em estudos de Trindade Jr; Amaral; Santos (2006), há uma nítida preocupação com a ocupação de tais espaços e a intervenção do Poder Público na tentativa de estabelecer ou “restaurar” as relações de acesso ao rio à que a população tem direito. Os autores citam projetos e ações, criticando a forma com que estas relações tentam se estabelecer com a população de Belém.

Obras como "Estação das Docas", "Feliz Lusitânia" e "Mangal das Garças" representam intervenções pontuais na orla, preocupadas principalmente em definir uma nova imagem para a cidade; daí as marcas arrojadas com que essas formas espaciais são pensadas, quando se leva em conta a concepção arquitetônica e urbanística. Desses exemplos, o mais paradigmático é o complexo turístico-cultural "Estação das Docas" / pensado a partir do reaproveitamento e refuncionalização dos galpões desativados do antigo porto, herdado do período áureo da economia da borracha na Amazônia. Através do "urbanismo espetáculo" são criados e/ou reforçados valores culturais e representações sociais que formatam comportamentos e definem a utilização de espaços públicos com verdadeiras subtrações do direito à cidade, no melhor estilo daquilo que podemos chamar de "não-lugar" (TRINDADE JR; AMARAL; SANTOS, 2006, p. 70.).

Dentre esses novos espaços, os quais os autores se referem, o “Estação das Docas” corresponde ao projeto de revitalização da área portuária, em que foram aproveitados três grandes galpões pertencentes ao antigo Porto de Belém, datado do início do século XX e que fora construído para atender às necessidades portuárias decorrentes da produção e exportação da borracha na Amazônia. A concepção desse projeto de revitalização se enquadra perfeitamente nas idéias de waterfront, à semelhança de outras práticas já realizadas em outras cidades do mundo, em que as intervenções buscam normalmente a revitalização de áreas degradadas, com a incorporação de elementos naturais presentes no espaço, reafirmando a relação cidade-água, a exemplo do que se verificou em Puerto Madero (Buenos Aires), Inner Harbor (Baltimore), Boston Waterfront (Boston), South Street Seaport (Nova York), Rom Rijnmond (Rotterdam) e Docklands (Londres) (MARCONDES, 1999). O complexo abrange uma área de 32 mil m², oferecendo serviços de bar-café, restaurantes, lojas, agências de turismo, bancos, auditório e dois memoriais: o Memorial do Porto e o Memorial da Fortaleza de São Pedro Nolasco. Apresenta, igualmente, uma estação fluvial e uma extensa área externa com vistas para a baía do Guajará.

O “Feliz Lusitânia” na verdade inclui vários outros, a saber: revitalização do Forte do Castelo, que corresponde ao marco de fundação da cidade, datado de 1616, com o Museu do Encontro, áreas de lazer, lojas de artesanato, lanchonetes etc.; revitalização do antigo arcebispado e da Igreja de Santo Alexandre, tornando-os espaços culturais e Museu de Arte Sacra, revitalização de prédios coloniais do entorno, atribuindo-lhes novas funcionalidades como, sorveterias, lojas de artesanatos, museu etc.; e revitalização da Casa das Onze Janelas, um antigo prédio de valor histórico e arquitetônico, transformado em espaço cultural

com salas de exposição, bar e museu, e embelezamento paisagístico do entorno. Todos esses espaços, voltados para o rio ou imediatamente próximos a este, pressupõem na relação com a água um elemento importante na composição paisagística.

Nesses e em outros estudos sobre os novos espaços de lazer da cidade, também se torna evidente o acesso limitado a áreas de lazer da população de Belém, suscitando estudos e a necessidade de análises profundas acerca da ocupação da cidade ao longo dos anos.

3 – Administrando a Escassez, Áreas Verdes e Espaços Públicos

É notável a escassez de parques públicos acessíveis à população de Belém, no entanto, a implantação de novas praças na década de 1990, ganhou um impulso considerável para a ampliação de espaços de lazer na cidade.

Nesse período, a área de praça cresceu 53% na cidade de Belém, atingindo 0,61 m² por habitante. Vale lembrar que este número ainda está abaixo do índice per capita (0,71 m²) registrado em 1950. A proporção de áreas verdes nas praças também era maior nessa época, embora tenha voltado a crescer entre 1990 e 2000 (PARANAGUÁ *et al*, 2003, p. 37.)

Apesar da relativa preocupação do Poder Público na implantação de praças na área metropolitana, ampliando áreas de lazer à população, outros equipamentos, como teatros, museus e cinemas tiveram pouca atenção no que se refere à implantação, manutenção e conservação.

Em Belém, as áreas verdes vêm perdendo cada vez mais espaço³, correndo o risco de perder em dez anos mais 57 quilômetros quadrados da sua cobertura vegetal

³ “Nos últimos 15 anos a Grande Belém perdeu 201 Km² (17%) de sua cobertura florestal. A maior parte da floresta nativa remanescente está concentrada nas ilhas e em áreas restritas (áreas militares, instituições públicas de ensino e pesquisa)” (PARANAGUÁ *et al*, 2003, p. 37.)

original ainda não protegida por parques, áreas de proteção ambiental, bosques como o Rodrigues Alves e o Museu Goeldi. Essa é uma das constatações do diagnóstico da qualidade de vida produzido pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON).

Conhecida como a 'Cidade das Mangueiras', Belém está ficando sem áreas verdes. A Região Metropolitana de Belém perdeu mais de 69% de sua cobertura vegetal, num processo que vem se intensificando desde 1986. Tem apenas 31% de floresta urbana remanescente e somente 85 hectares de praças com áreas verdes, o que equivaleria a ter quase seis Bosques 'Rodrigues Alves' espalhados por Ananindeua, Benevides, Marituba, Santa Bárbara e a capital (o bosque mede cerca de 15 hectares). É pouco, daí a preocupação do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) em fazer uma análise sobre as florestas urbanas e praças da Região Metropolitana de Belém. O resultado completo da análise será publicado no final do ano, mas o que eles conseguiram computar até o momento já é alarmante (GAIA, 2006, s/p.)

Estes dados foram coletados em pesquisa publicada por PARANAGUÁ *et al* (2003), referente ao IMAZON, a partir de indicadores objetivos, utilizando como parâmetro, sete áreas estratégicas para a capital e sua região metropolitana, sendo eles: transporte, áreas verdes e recreação, coleta do lixo, esgoto, água, poluição sonora e poluição visual.

Uma constatação feita na referida pesquisa é de que há escassez de parques e áreas de lazer, as unidades de conservação não oferecem segurança e dispõem de infraestrutura precária e o acesso às poucas áreas verdes, concentradas em instituições de ensino e pesquisa e na esfera militar, é muito restrito. Sem políticas públicas voltadas à resolução desses problemas, a vocação natural de Belém como uma cidade com áreas de lazer arborizadas torna-se cada vez mais distante.

Segundo matéria veiculada no Jornal "O Liberal" (GAIA, 2006), a partir de dados cedidos pelo IMAZON, o panorama referente às praças em Belém se configura da seguinte maneira: até 2004, havia 268 praças na Grande Belém. O período que se

apresentou com um número maior de implantação destas compreende entre os anos de 1997 a 2004, chegando-se a um número de 53 praças, em oposição ao período de 1993 a 1996, com nenhuma implantação. Paralelamente, a proporção de área verde por habitante vem diminuindo substancialmente. Em 2000, era de 0,21 m², atualmente chegando a um índice de 0,19 m².

Especificamente em Belém esse número é de, respectivamente, 0,61 e 0,47 metro quadrado. 'Temos uma carência, mas os números absolutos são considerados regulares, não ruins no quantitativo, mas no qualitativo é preocupante, com tendência de que o quadro vá de moderado à sofrível', analisa Adalberto Veríssimo, que coordenou a pesquisa ao lado de Carla Costa e Netuno Leão. Os bairros da Campina, Cidade Velha, Souza, Batista Campos e Maracangalha são os melhores quanto à distribuição de praças. Os piores são Guamá, Benguí, Paracuri, Pedreira e Pratinha (GAIA, 2006, s/p)

Em 2004, Belém possuía 47 bairros com praças e 24 sem praças, porém a qualidade das áreas verdes nessas praças é considerada ruim, pois apenas 34% se mantêm conservados, possuindo ainda 49% de espaços sem jardinagem, 5% sem áreas verdes e 12% abandonadas. Além disto, existem praças onde não é possível vivenciar atividades de lazer em função da quantidade de plantas invasoras e mato e 19 praças não possuem qualquer equipamento para uso público. O lixo também é um grande problema atingindo 30% das praças (61 praças), seis delas de forma excessiva. Quanto aos equipamentos - coretos, bancos, brinquedos, postes etc. - a pesquisa constata que quase a metade deles (48%) está depredada ou inutilizada (39%).

A péssima conservação das praças na Região Metropolitana de Belém é considerada pelos pesquisadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) um reflexo do crescimento urbano desordenado, que invade as áreas verdes, diminuindo a qualidade de vida da população.

Segundo a pesquisadora Carla Costa, ter áreas verdes significa dar à população um espaço para lazer e prática esportiva, o que resulta em diminuição da violência e melhoria da saúde. "Praças não cuidadas são lugares de tocaias, onde as pessoas vão consumir drogas, praticar roubos e outros crimes. Isso cria um círculo vicioso, porque se as pessoas não usam, a prefeitura não cuida", avalia. "Um bom exemplo é a avenida

Duque de Caxias. Lá não há praça, mas os largos canteiros eram usados para a prática de esportes, principalmente futebol”. Sabemos que é necessário aumentar as vias de lá, por causa do fluxo intenso, mas seria simpático dar uma medida compensatória à população, deixando uma praça, completa Adalberto Veríssimo (GAIA, 2006, s/p.)

Dos 71 bairros de Belém, 47 dispunham de praças em 2000, contra 24 que não as tinham. Em 2004, a situação continuava a mesma: 52% dos bairros disponibilizavam menos de um metro quadrado de área de praça aos seus moradores e 29% não têm praça alguma a oferecer. Na Belém continental - que exclui Mosqueiro, Outeiro e as demais ilhas -, a relação média de praça por habitante é de 0,47 metros quadrados. E mesmo os bairros que dispõem de praças disponibilizam ínfimas parcelas por metro quadrado a cada habitante.

Os bairros com melhor distribuição de praças por habitantes são a Campina (19 metros quadrados), Cidade Velha (2,24 metros) e Souza, com 2,25 metros. Abaixo de 1 metro quadrado por habitante estão 25 bairros e entre os piores destacam-se o Guamá, Benguí e Paracuri (com 0,02 metro quadrado), além da Pedreira e Pratinha (com 0,01 metro quadrado por habitante). Não por acaso, os bairros com déficit ou falta de áreas de lazer também concentram os casos de violência urbana em Belém.

O IMAZON destaca alguns avanços alcançados no período entre 1986 e 2001 em direção à conservação ambiental, como a criação do Parque Ecológico do Município de Belém, em 44 hectares de área verde no conjunto Médici, onde estão as nascentes do igarapé Burrinho; a implantação da Área de Proteção Ambiental de Belém (APA) (7.266 hectares), em 1993, para proteger os mananciais dos lagos Água Preta e Bolonha, os quais abastecem a cidade; a criação do Parque Ecológico do Mosqueiro, com 182 hectares, em 1993; e a criação da APA do Combu, às margens do Guamá. No entanto, ressalta que a abertura dessas áreas verdes à população, alicerçada em Políticas Públicas

que ofereçam tais condições, é fator imprescindível para o acesso aos espaços verdes de lazer da cidade. (GAIA, 2006)

Algumas pesquisas têm demonstrado a necessidade de reflexão sobre esta problemática nos grandes centros urbanos. A exemplo disto, pode-se citar trabalhos publicados sobre Campinas – SP e sobre o Rio de Janeiro – RJ, dentre outros, os quais subsidiam esta pesquisa, por apresentarem elementos significativos de chamada de atenção ao Poder Público sobre a urgência de políticas públicas que possam minimizar o problema da falta de espaços e equipamentos de lazer nas cidades, ou mesmo, a sua manutenção e revitalização adequada.

Sobre Campinas, foram constatados inúmeros casos de “adaptações”, ou de “novos usos” de espaços e equipamentos pela população, diferentes daqueles para os quais foram planejados, o que remeteria a um planejamento de equipamentos mais participativo, atendendo aos diversos interesses da população (MARIANO, 2006.)

No Rio de Janeiro, foi possível verificar que a o cenário apresentado, apesar de não ser totalmente determinante no comportamento das pessoas, gera influências e representa a situação de desigualdade e exclusão que a cidade do Rio de Janeiro apresenta. A própria maneira como se organizam os equipamentos culturais pode se constituir em constrangimento para quem não pertence àquele ‘mundo’. “Aliás, é curioso como os ‘produtores e promotores culturais’ muitas vezes se prestam bem aos papéis esperados pela ordem social, mesmo quando afirmem, somente nos discursos, o contrário” (MELO e PERES, 2004, p. 24).

Sobre Belém, além de parques, áreas verdes e praças existentes na cidade, foi possível verificar outros dados relevantes, a partir de pesquisa realizada por Bahia *et al* (2008), a qual buscou mapear outros equipamentos existentes na cidade que

possibilitem o acesso da população aos vários conteúdos do lazer, como cinemas, teatros, museus, bibliotecas, entre outros, além de demonstrar a sua distribuição nos diversos bairros.

Verifica-se, a partir da pesquisa, a concentração desses equipamentos no centro urbano de Belém e nos bairros mais centrais, configurando-se na primeira dificuldade de acesso ao espaço, uma vez que aqueles que moram em bairros periféricos da cidade têm que dispor de tempo e investimento extra no orçamento familiar para pagar o transporte e ter acesso ao espaço e ao equipamento.

Uma outra questão é a falta de divulgação dos espaços, o que resulta no desconhecimento da população de seu direito ao acesso e a conseqüente não utilização destes, resultando, muitas vezes, na exploração comercial do local, privilegiando as classes de maior poder aquisitivo. Nas próprias Secretarias, muitos equipamentos não são registrados e inclusos nas programações culturais, o que resulta na não divulgação do espaço à população.

De acordo com os dados da pesquisa, é possível verificar que as praças se apresentam como o equipamento que possui a maior quantidade e, de certa forma, com uma distribuição mais igualitária nos bairros de Belém, o que não garante que a população frequente o espaço, pois não foi possível verificar o estado de conservação do local, os equipamentos existentes e se existe política de animação sociocultural, com programações elaboradas e orientadas por equipes capacitadas (BAHIA *et al*, 2008.)

Outro fato que chama a atenção é o número reduzido de salas de cinemas, estando em sua maioria localizadas dentro de shopping centers da cidade. Alguns espaços onde funcionavam cinemas foram fechados (alguns exemplos: Cinema Catalina, Cinema Nazaré, Cinema Iracema) e outros, transformados em espaços

privados (igrejas-Cinema Palácio), a exemplo do que Melo e Peres (2004) e Marcellino (2006) relatam em seus estudos.

Em outro artigo, o qual trata das Políticas Públicas da Amazônia, sob o ponto de vista do urbano, José Júlio Lima (2005) analisa até que ponto o espaço da cidade é o elemento definidor, “palco” e ao mesmo tempo “ator” no que se refere à responsabilidade social no contexto da gestão do urbano.

O autor chama a atenção para “a forma pela qual o espaço público está sendo negado pelo processo de cidadania” (LIMA, 2005, p. 158.) E convida à reflexão para o fato da cidade estar sendo transformada num canal de passagem, não se vivenciando o espaço da cidade.

Hoje se discute muito a qualidade ambiental na cidade de Belém em relação, por exemplo, à questão da poluição visual. Considero uma questão muito cara e muito importante. Quando entramos em determinados espaços, como a Estação das Docas, percebe-se que lá existe uma negação do espaço urbano enquanto manifestação da comunidade que o cerca. O que é mais impressionante é que os usuários daquele espaço gostam daquilo, porém, não se discute que o gostar daquilo é negar uma cidade que está lá fora. Qual será a postura de uma possível análise das relações que se travam dentro do espaço da cidade sem incluir, por um lado, uma cidade idealizada e, por outro lado, uma total desarticulação de um discurso político, que poderia vincular o espaço da cidade como elemento principal? (LIMA, 2005, p. 158-159.)

Alguns dos espaços idealizados e construídos em Belém tomam o ar de “sacralizados”, pois a população de baixa renda possui pouco acesso, geralmente apenas como espaço para circulação, ou possui a possibilidade de à vivência de um lazer apenas de contemplação.

Também é necessário refletir até que ponto estes espaços públicos adquirem “tons” de privados ou “turistificados”, preocupação latente em alguns estudos que procuram discutir a temática.

No dizer de Nicolas (1989), o processo de turistificação dos espaços implica na substituição da lógica da produção (esfera do trabalho) pela lógica do lazer (esfera do lazer).[...] Todas essas interferências afetam sobremaneira o ordenamento dos espaços apropriados pelo turismo, podendo provocar conseqüências bastante negativas como o

crescimento urbano caótico, a eliminação das paisagens naturais, a construção de paisagens artificiais afastadas dos valores, símbolos e mitos locais e a geração de conflitos internos nos grupos sociais locais e, também, nas suas relações com os visitantes e com os agentes do mercado que ali se instalam para operar a atividade turística. Contraditoriamente, para a própria continuidade da atividade, essas conseqüências negativas não são bem-vindas, na medida que ajudam a afastar os visitantes, o que diminui a lucratividade do setor, o número de empregos gerados e a arrecadação de impostos (FRATUCCI, 2007, p.1099.)

Cabe ressaltar, que o autor faz referência negativa à lógica do lazer, considerando a lógica pautada no capitalismo e na Indústria do Lazer mercadológico, hegemonicamente vivido pela sociedade, de modo geral.

O referido autor discute a importância de cada agente participante da lógica do mercado do turismo, refletindo sobre o papel de cada um no estabelecimento de ações relativas ao uso dos espaços para o turismo, lembrando que a população residente possui o direito ao acesso, o direito ao lugar.

Importante ressaltar que a população residente dos destinos turísticos, independente do tipo de relações que estabeleça com o sistema turístico local, é a verdadeira dona do lugar, visto como seu território de vida e, só por isso merece o *status* de agente do processo de turistificação dos espaços. Não reconhecê-la como tal, é propor um modelo de desenvolvimento turístico arbitrário, desigual e, principalmente desumano (FRATUCCI, 2007, p.1099.)

Nessa discussão, é importante ressaltar que categorias como lazer e turismo são complementares, mas não significam a mesma coisa, pois a compreensão de lazer remete a uma amplitude de outros conteúdos culturais. Além disso, o significado da turistificação deve representar a adequação ou criação de espaços para a atividade turística, o que não pode ser confundido com a elitização dos espaços, nem tão pouco com a exclusão de classes na utilização desses mesmos espaços (FIGUEIREDO, 2008.)

A turistificação, notadamente um conceito novo, serve para demonstrar um relativo direcionamento de espaços, cidades, ou mesmo cadeias de produção à atividade turística. Esse direcionamento se dá a partir da mudança da conformação da paisagem e do ordenamento espacial, para que se adequem às novas atividades econômicas (ação tratada com menos espanto se as atividades econômicas são mais tradicionais). A adequação à atividade turística não se dá sem a modificação incisiva da paisagem e de seus elementos: os elementos musealizados, expostos, indicados e sinalizados,

direcionados, ordenados em função da estética e da representação. Os elementos são conformados para simbolizar, recepcionar e acolher (FIGUEIREDO, 2008, p. 111.)

4 – Considerações Finais

Em Belém, nos últimos dez anos, tem sido possível verificar a execução de algumas ações pelo Governo do Estado, as quais tiveram como foco principal à construção e/ou revitalização de alguns espaços (Estádio do Mangueirão, Pista de Atletismo, Parque Aquático da UEPA, Estação das Docas, Casa das Onze Janelas, Feliz Lusitânia, entre outros); também houve a criação da Secretaria Executiva de Esporte e Lazer, a qual tem como responsabilidade implementar e desenvolver projetos nesta área (projeto “Pró-paz”, projeto “Papo-cabeça”, Projeto “Vidativa”, dentre outros); além disso, alguns grandes eventos foram trazidos para a cidade (Competições Internacionais de Atividades Aquáticas; Circuito Internacional de Atletismo).

Pelo Governo Municipal, foram implementadas algumas ações visando uma maior participação popular no que se refere às demandas, necessidades e decisões sobre os projetos voltados para o desenvolvimento do lazer (Orçamento Participativo, Congresso da Cidade, Fórum de Esporte e Lazer, Conselho de Esporte e Lazer, dentre outros) (MATOS, 2001.)

As ações de Esporte e Lazer se concentraram, principalmente, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Esporte, Arte e Lazer - CEAL, a qual é vinculada à Secretaria de Educação do Município onde houve a construção e ressignificação de alguns espaços esportivos e de lazer, além da implementação de alguns projetos tanto no âmbito escolar, como fora dele (Projeto “Escolas de Esporte”; Projeto “Vivências Corporais”, Projeto “Cultura, Escola e Alegria”; Projeto “Folclore”; Projeto “Felizidade”; Projeto “Lazer por que esta rua é minha!”; Projeto “Escola Circo”, dentre outros) (MATOS, 2001.)

É possível verificar, portanto, que algumas ações vêm sendo implementadas nos últimos dez anos, no que se refere à área de lazer e às áreas que fazem a interface com o mesmo (esporte, arte, turismo, meio ambiente, planejamento urbano).

No entanto, de acordo com os objetivos da pesquisa, ainda em resultados parciais, é possível também verificar que muitos dos equipamentos/espços de lazer criados foram até certo ponto, concentrados em áreas nobres da cidade, e mais do que isso, com objetivos claros de favorecimento das classes mais altas da cidade, demonstrando um direcionamento de esforços e políticas públicas. A distribuição de equipamentos de lazer e de áreas verdes pela cidade foi acompanhada de um discurso turístico, e de uma preocupação exacerbada com a estrutura física desses equipamentos e não do atendimento das demandas mais carentes, como programações culturais e esportivas.

Há necessidade de aprofundar estudos, a fim de se verificar até que ponto tais ações fazem parte de um plano maior de governo; se existe uma ordenação dos espaços; se há planejamento para a manutenção de espaços verdes na cidade; se existe planejamento para a distribuição desses espaços na cidade, de forma a democratizá-los e não apenas “turistificá-los”; se a sociedade civil organizada tem efetiva participação nesses projetos e se há continuidade nos mesmos ou se estes estão sendo ações pontuais de governos.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Mirleide Chaar. *et al.* Os Equipamentos de lazer das cidades: o caso de Belém-PA. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional**. Belém: NAEA - ANPUR, 2008. No prelo.

CASTRO, Edna. Introdução: uma incursão temática à Belém. In: CASTRO, Edna (Org). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006. p 13-21.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. Espaços Públicos nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional**. Belém: NAEA - ANPUR, 2008. No prelo.

FRATUCCI, Aguinaldo César. Os Processos de Turistificação do Espaço e atuação dos seus Agentes Produtores. In: Encontro Nacional de Turismo em Base Local, 10., 2007, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2007. p. 1099-1109.

GAIA, Edir. Sinal vermelho para o verde em Belém. **O LIBERAL**, Pará, v.61, n. 31.677, 2006. Disponível em: <http://www.orm.com.br/oliberal/interna/default.asp?codigo=221447&modulo=247>. Acesso em: 28 fev. 2006.

LIMA, José Júlio. Um Ponto de Vista Urbano na Discussão de Políticas Públicas na Amazônia. In: COELHO, Maria Célia N.; MATHIS, Armin (Orgs). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Amazônia: uma agenda de debate**. Belém: UFPA / NAEA, 2005. p.157-159.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer, Espaço Urbano e Transversalidade. In: CARVALHO, João Eloir (Org). **Lazer no Espaço Urbano: Transversalidade e Novas Tecnologias**. Curitiba: Champagnat, 2006. p 71-81.

MARCONDES, M. J.A. **Cidade e Natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: Nobel, 1999.

MARIANO, Stéphanie Helena. **A cidade como espaço de lazer**. Piracicaba: UNIMEP, 2006. TCC.

MATOS, Lucília da Silva. Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e Esporte: Políticas Públicas**. 2. ed. Campinas,: Autores Associados, 2001. p.117-139.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. **Espaço, Lazer e Política: Desigualdades na distribuição de Equipamentos Culturais na Cidade do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/producoes/idad_livro_colombia_2004.pdf-223kb>

PARANAGUÁ, Patrícia *et al.* **Belém Sustentável**. Belém: Imazon, 2003.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; AMARAL, Márcio Douglas Brito; SANTOS Emmanuel Raimundo Costa. Estado, Políticas Urbanas e Gestão do Espaço na Orla Fluvial de Belém. In: CASTRO, Edna (Org). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006. p.59-84.

Endereço dos Autores:

Mirleide Chaar Bahia
Travessa Angustura 1961 – apt. 504

Belém/PA – Cep 66080-180
Endereço Eletrônico: mirleide@ufpa.br

Silvio Lima Figueiredo
Rua Augusto Correia, 01 - Campus Universitário do Guamá
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Setor Profissional
Belém/PA - Cep 66075-900
Endereço Eletrônico: slima@ufpa.br